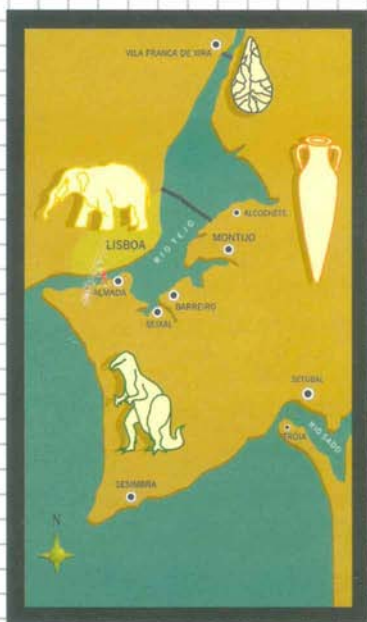


PALEONTOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO ESTUÁRIO DO TEJO

Actas do I Seminário



Colecção Estudos Locais
Cultura

Edições Colibri

Câmara Municipal do Montijo

FICHA TÉCNICA

Colecção Estudos Locais – Cultura

Título: Paleontologia e Arqueologia do Estuário do Tejo

Edição: Edições Colibri / Câmara Municipal do Montijo

Coordenação editorial: Luís Marques

Capa: Eduardo Martins

Concepção gráfica: DIRP – Câmara Municipal do Montijo

Impressão e acabamentos: Colibri – Artes Gráficas

Tiragem: 1.000 exemplares

ISBN 972-772-598-8

Depósito Legal: 235 901/05

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Câmara Municipal do Montijo
Rua Manuel Neves Nunes de Almeida
2870-352 Montijo
Tel. 21 232 76 00
geral@mun-montijo.pt

Edições Colibri
Apartado 42 001
1601-801 Lisboa
Tel. 21 796 40 38
colibri@edi-colibri.pt

A PRÉ-HISTÓRIA DE ENTRE TEJO E SADO

João Luís Cardoso¹

Em memória da Inês (10/2/2005)

1 – Introdução

A começar, gostaria de agradecer o convite que me foi feito para apresentar o tema neste “I Colóquio Paleontologia e Arqueologia no estuário do Tejo”, e aqui estou para, muito rapidamente fazer uma síntese do tema anunciado. Abordar o percurso da presença humana neste trecho do território português, do Paleolítico Inferior ao Bronze Final, correspondente a uma multiplicidade de situações e realidades conservadas nesta bela região de entre Tejo e Sado, correspondente à mesopotâmia que é, na realidade, a Península de Setúbal, só poderá ser feito à custa de muitas simplificações, talvez exageradas: que me desculpem os especialistas. Ainda assim, creio que esta síntese terá algum interesse, designadamente, para os não-iniciados, a quem é particularmente dirigida, feita por quem tem trabalhado, nesta mesma região, temáticas relativas a todos os períodos enunciados; pelo menos, reflecte uma visão pessoal, alicerçada em investigação própria e em muita meditação sobre a por outros desenvolvida. Assim, a eventual aridez da exposição – apenas devida ao próprio orador, que não à valia da temática – espera-se que possa vir a ser atenuada, ao menos, pelo interesse intrínseco das ques-

¹ Agregado em Pré-História. Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Académico de Número da Academia Portuguesa da História.

Este texto reproduz, com ligeiras modificações, a comunicação oral apresentada no Montijo a 29 de Maio de 2004.

tões que irão sendo sucessivamente discutidas. Na verdade, não pretendo ser exaustivo – coisa que, além de impossível, seria, ainda mais, impensável, na meia-hora que me foi reservada – mas apenas chamar a atenção para a riqueza arqueológica desta região cujo reconhecimento científico se iniciou no século XIX.

2 – Os eólitos e o pretenso homem terciário

Em 1871, o General Carlos Ribeiro, membro co-director da então Comissão Geológica de Portugal, no âmbito do reconhecimento geológico da península de Setúbal, apresentou uma memória à Academia das Ciências de Lisboa sobre as pretensas indústrias paleolíticas terciárias e quaternárias dos baixos vales do Tejo e do Sado. Digo pretensas, porque uma boa parte dessas peças não eram efectivamente trabalhadas; outras eram-no, mas provinham na realidade de terrenos de época mais moderna da que ele julgava, pois eram já quaternários: foi a altura da discussão da presença do “homem terciário” em Portugal, a qual teve o seu momento mais alto, pela mão do próprio Carlos Ribeiro, na célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880. Entre as peças laboriosamente coligidas e descrita pelo nosso pioneiro, depois designadas por “eólitos”, uma, recolhida em Santana, é expressiva dos critérios utilizados por Carlos Ribeiro, não só na classificação, mas também na ilustração. Trata-se, simplesmente, de fragmento de seixo trifacetado, desprovido de quaisquer traços intencionais de afeição. Naquela altura, os arqueólogos davam mais importância à forma dos exemplares, do que às técnicas de talhe que teriam levado à obtenção dessas mesmas formas, o que levou, sem dúvida, Carlos Ribeiro a considerar este e outros exemplares similares como trabalhados pelo Homem. Este princípio, que hoje em dia só poderia ser catalogado como de ingenuidade extrema, foi introduzido por Boucher de Perthes e encontra-se apresentado na sua obra mais célebre, em três volumes, as “Antiguidades Célticas e antediluvianas”, cujo primeiro volume foi publicado em 1849 (mas encontra-se datado de 1847). A decisiva importância dada à forma dos pretensos artefactos, levou o pai da arqueologia pré-histórica, a vislumbrar nessas rudes massas naturais, cabeças de animais, senão mesmo a sua representação completa, ignorando completamente as sequências gestuais e técnicas – estas na verdade ausentes – que teriam de estar na sua origem. Prova de que Carlos Ribeiro, nas suas interpretações, se apoiou directamente em Boucher de Perthes é o facto de citar, no seu trabalho de 1871, a sua obra clássica, o que, por outro lado,

demonstra que se encontrava a par do seu tempo, no tocante à marcha das investigações, então iniciadas um pouco por toda a Europa.

3 – A questão das primeiras indústrias

A península de Setúbal encontra-se fortemente marcada por condicionantes geológicas das quais as mais importantes se encontram bem evidenciadas na paisagem. No tocante à acção erosiva marinha, no decurso do Quaternário, avulta a plataforma de abrasão que ocupa o extremo sudoeste da Península de Setúbal, perfeitamente marcada nos calcários Jurássicos, basculada para ocidente. Esta, como outras plataformas entalhadas a cotas sucessivamente mais baixas da encosta meridional da Arrábida, resultaram da actuação mecânica do mar ao longo de milhares de anos, no decurso do Quaternário. O mar teve tempo suficiente para trabalhar esses relevos, e essa modelação conserva-se ainda tão bem pelo facto de os calcários serem rochas suficientemente moles para serem modeladas e suficientemente duras para conservar o modelado; actualmente, observam-se plataformas escalonadas entre os cerca de 150m de altitude – é a chamada plataforma do Cabo – até aos níveis baixos, apenas cerca de 5/8 m acima do nível médio do mar, representados no Forte da Baralha e ao longo do litoral, do Espichel até Sesimbra e mesmo para além de Sesimbra. Esta realidade, quase única, observada na actual costa portuguesa, foi referida no âmbito desta palestra, por se encontrar em estreita relação com a presença das mais antigas indústrias sobre seixos rolados de quartzito, as quais se podem designar de “pré-acheulenses”, embora de intencionalidade discutível. Podem reportar-se à época da formação da plataforma de abrasão mais alta das acima referidas e à formação dos depósitos detríticos grosseiros correlativos – onde por vezes ocorrem “in situ” – nas zonas mais abrigadas desse antigo litoral, cujos retalhos ainda hoje são visíveis em múltiplos locais (Perú, Arcos, Basteza da Mó, etc.). Constituem a Formação geológica designada por T. M. de Azevedo por “conglomerado de Belverde”, de idade plio-quaternária. A intencionalidade do talhe de algumas destas peças deve ser discutido com base no número e posição dos levantamentos executados, a partir da periferia, dos seixos rolados de quartzito, matéria-prima em que tais peças são supostamente confeccionadas. Para alguns especialistas, a intencionalidade deixa de ser dúbia no caso de se verificar três ou mais de três levantamentos contínuos e sucessivos: é disso exemplo uma das peças oriunda do conglomerado de Belverde; com efeito, foram vários os locais correspondentes a afloramentos desse conglo-

merado que forneceram exemplares análogos, mais ou menos lascados: Santa Marta de Corroios, Perú, Arcos e Basteza da Mó, entre outros, por mim publicados, em co-autoria com T. M. de Azevedo, C. Penalva e G. Zbyszewski. Naturalmente, a larga maioria das peças ostenta levantamentos mais simples, pelo que até ao presente não foi possível estabelecer conclusões seguras; mas a simples admissão da hipótese de terem sido de facto trabalhadas pelo homínídeo mais antigo do continente europeu justificaria por si só a continuação das pesquisas, como foi admitido em trabalho que cuja co-autoria partilhei com Luís Raposo.

Sobre o litoral oceânico, H. Breuil e G. Zbyszewski reconheceram, entre 1941 e 1942, diverso retalhos de praias quaternárias, onde, à superfície, recolheram, por vezes em grande quantidade, seixos análogos aos anteriores, mas mais modernos, por se relacionarem com níveis marinhos mais baixos (então designados de Sicilianos, Milazzianos e Tirrenianos). Os resultados destas investigações pioneiras foram publicados em 1945 e colocaram então o nosso país na vanguarda da investigação paleolítica peninsular.

Na década seguinte, E. da Cunha Serrão associando, mais tarde, diversos colaboradores, continuou os estudos de Breuil e Zbyszewski na área correspondente ao concelho de Sesimbra, onde era também notável a quantidade de seixos talhados, igualmente de quartzito e de pequenas dimensões, que se recolhem à superfície e, excepcionalmente "in situ", nos depósitos marinhos situados a altitudes decrescentes, especialmente nas sucessivas rechãs de erosão existentes ao longo do litoral meridional da Arrábida, a que já se fez referência.

Ainda que mais modernos, enfermam de idênticas limitações colocadas às indústrias pré-acheulenses, pois que o número de levantamentos que ostentam é, igualmente, muito reduzido. As evidentes particularidades de tais indústrias, justificaram a criação de uma nova designação arqueológica, o de "indústrias lusitanianas e micro-lusitanianas", da autoria de H. Breuil e G. Zbyszewski, surpreendidos pela rudeza e anacronismo do talhe, por comparação com as séries paleolíticas clássicas, com as quais Breuil se encontrava particularmente familiarizado, a ponto de exclamar, exasperado pelo facto de não conseguir enquadrar num quadro rígido tais indústrias: "ces gents taillaient comme des cochons!". Na verdade, trata-se de um dos casos em não se pode ignorar as fortíssimas limitações impostas pela matéria-prima e, sobretudo, pelo tamanho e forma dos suportes líticos disponíveis: com efeito, como seria possível a obtenção de belos bifaces acheulenses, se apenas se dispunha, para o talhe, de pequenos seixos rolados, de fractura irregular?

4 – O Acheulense

Em 1975, procedi a esboço de carta arqueológica do Paleolítico da região entre Alcochete e o Montijo; o resultado foi a cartografia de um assinalável conjunto de sítios, desenvolvendo-se ao longo de uma língua de cascalheiras, vestígio de um nível de terraço médio do Tejo, onde a matéria-prima abundava, sob forma de seixos de quartzito de pequenas e, sobretudo, médias dimensões. Este trabalho marca de certo modo o recomeço da investigação sistemática na região norte da península de Setúbal, que tinha sido abandonada desde que, nos anos 40, havia sido sumariamente visitada por H. Breuil e G. Zbyszewski. Foi precisamente com Georges Zbyszewski com quem, em 1977, publiquei uma importante estação paleolítica, identificada por A. Gonzalez, situada na freguesia de Samouco, dentro da Base Aérea do Montijo. A maioria dos materiais apanhava-se na maré baixa, sob as camadas de vasa então postas a descoberto. Entre as peças mais notáveis, contam-se diversos machados e bifaces de feitura clássica, do Acheulense Médio e Superior. Como era usual fazer-se, foram constituídas várias séries, de acordo com o desgaste e o aspecto superficial dos artefactos. É interessante notar que os materiais com arestas mais vivas provinham das camadas argilosas cinzento-esverdeadas, que afloram ao longo da praia, na baixa mar; mas a parte mais substancial era encontrada tacteando o lodo com as mãos, e percorrendo a pé, em todas as direcções, esta camada argilosa, que constituía uma espécie de chão duro em parte submerso. A sua formação terá coincidido com época de alto nível marinho, talvez correlativo de um interestádio rissiano: na vasta planície aluvial então formada na embocadura do pré-Tejo, ter-se-iam depositado sedimentos finos, ao mesmo tempo que nos esteiros e zonas húmidas adjacentes, circulavam bandos de caçadores-recolectores portadores de indústrias necessárias à caça e ao desmembramento das carcaças.

Assim sendo, a aparente falta de necessidade, a que levou uma vida pouco exigente, ao longo do litoral, conducente à estagnação, senão mesmo a um recuo da criatividade humana, razão invocada por Breuil e Zbyszewski para a presença, ao longo do litoral português de indústrias aparentemente arcaicas, de onde estavam ausentes os bifaces, foi invalidada pela ocorrência, em regiões adjacentes, de peças clássicas do Acheulense, como as recolhidas em Samouco, tudo dependendo, como se disse, da disponibilidade de matéria-prima adequada para a sua confecção e não de quaisquer razões de carácter cultural, ou tecnológico.

5 – O Paleolítico Médio: o Mustierense

Outra etapa da pré-história particularmente bem representada na península de Setúbal, tanto no seu limite sul como no seu domínio mais setentrional, adjacente ao estuário do Tejo, é o Mustierense. Aqui, situava-se a estação da Conceição, em Alcochete, que foi escavada em co-direcção com o Dr. Luís Raposo, em 1996, no âmbito da minimização do impacte ambiental, na vertente arqueológica, decorrente da construção dos acessos e apoios à ponte Vasco da Gama. A estação implantava-se na superfície de um baixo terraço do Tejo, corresponde a um vasto acampamento onde se talhou intensamente e certamente durante muito tempo o quartzito, matéria-prima que atapeta a superfície do referido terraço sob a forma de seixos rolados trazidos de montante pelo pré-Tejo. Neste aspecto, por constituir um vasto campo de talhe, e também pela tipologia dos materiais, aproxima-se da vizinha estação do Alto da Pacheca, próximo da povoação de S. Francisco. Em ambos os casos, tanto a tipologia dos produtos e sub-produtos do talhe, como a técnica adoptada neste, inscrevem as correspondentes ocupações no Mustierense. Estão presentes os clássicos núcleos discóides, com planos de percussão preparados em uma das faces, de tipologia mustierense ou levallois, as pontas, lascas, raspadores, denticulados e outros instrumentos; a escavação permitiu evidenciar uma camada cascalhenta, com uma extraordinária concentração de artefactos os quais, se bem que não se encontrassem “in loco”, denunciavam, pelas arestas vivas, transporte de curta distância. A cronologia obtida enferma de algumas dificuldades de interpretação porque enquadra aquela ocupação, mas não a data rigorosamente, dado ter sido impossível datar a própria camada onde jazem as peças, visto tratar-se de depósito grosseiro; os sedimentos mais finos, areno-argilosos, que se desenvolviam acima do nível arqueológico foram datados de 27/28 mil anos através da termoluminiscência, cronologia muito próxima da correspondente à camada como sugerem as observações estratigráficas de campo então realizadas.

No extremo oposto da península de Setúbal, na encosta meridional da serra da Arrábida, situa-se uma gruta aberta actualmente sobre o mar: trata-se da gruta da Figueira Brava, a oeste do Portinho da Arrábida, assim baptizada porque à entrada existe uma figueira, que ali procura sobreviver, agarrada à parede rochosa. As escavações que aqui dirigi, com M. Telles Antunes, foram realizadas entre 1986 e os inícios da década seguinte, mas apenas interessaram uma parte do enchimento que ainda ali se conserva. A cronologia da ocupação situa-se cerca de 30 000 anos BP, pelo radiocarbono, aplicado a conchas de lapa, outrora recolhidas pelos grupos humanos que ali estanciaram; na altura, tratava-se simplesmente de

um vasto abrigo, aberto amplamente sobre o mar, que resultou do entalhe de uma rechã sob rocha, na escarpa abrupta, constituída por calcarenitos do Miocénico, pela abrasão marinha. Trata-se, na verdade, do nível de abrasão marinha de 5/8 m acima do nível médio actual do mar, que se encontra como disse anteriormente, muito bem marcado ao longo do litoral actual da Arrábida, correspondendo-lhe uma cronologia que tem sido relacionada com o primeiro interestadial da última glaciação quaternária, há cerca de 80 000 ou 70 000 anos.

Milhares de anos depois, com o aumento do frio e a consequente retenção da água, sob a forma de gelo, tantos nos vastos glaciares do tipo "inlandsis", como nos glaciares de tipo alpino, cobrindo vastas zonas montanhosas dos continentes europeu e americano, hoje totalmente desaparecidos ou vestigiais, o nível do mar baixou até ter atingido, há cerca de 18 000 anos BP, o seu máximo absoluto, cerca de 120 m abaixo do nível actual. Estima-se que, há cerca de 30 000 anos, aquando do estacionamento humano no vasto abrigo sob rocha da Figueira Brava, o nível do mar estivesse 60 m abaixo do nível médio actual. Deste modo, aquando da sua ocupação, o abrigo não se abria, como hoje, directamente sobre o mar, mas sim sobre uma vasta planície litoral, hoje em dia submersa, correspondente à área actualmente ocupada pelo estuário do Sado. Os restos faunísticos recolhidos confirmam esta afirmação; com efeito, encontraram-se ossos de grandes herbívoros, como o grande boi selvagem, o rinoceronte e mesmo um proboscídeo (provavelmente o mamute), que não são, obviamente, animais que vivessem em grutas ...

Tais restos foram para lá transportados, à par de outros, como o veado, o cavalo, o javali e o coelho, mamífero muito abundante ao longo todo o Paleolítico Médio e Superior do território hoje português. A par destes, o estudo que efectuei conduziu ainda à identificação de numerosos restos de grandes e médios predadores, como a hiena das cavernas, o leopardo, o leão das cavernas e o lince, que poderiam, ao menos em parte, ter sido responsáveis pela captura e ulterior transporte para o abrigo das carcaças dos referidos herbívoros. Na verdade, a presença do Homem, também ele um grande predador e caçador, seria incompatível com a daqueles carnívoros, que com ele ocuparam alternadamente o local. É interessante referir que, a par dos herbívoros que encontrariam na planície litoral as melhores condições de subsistência, se identificaram outros, de características montanhosas: é o caso da cabra montês, que povoaria a montanha de baixa altitude que é o maciço da Arrábida, sugerindo, por parte das comunidades humanas ou dos carnívoros acima referidos, uma caça de largo espectro, não especializada, característica que, em qualquer caso, se quadra bem com a integração cultural do conjunto arqueológico no Mustierense. Com efeito, o estudo das indústrias líticas, que

publiquei em colaboração com Luís Raposo, mostra a sua filiação neste complexo tecno-industrial, estando bem representados, no grupo dos instrumentos, os denticulados, os raspadores e as pontas. Os núcleos são predominantemente do tipo discóide, com planos de percussão lisos ou preparados (total ou parcialmente), claramente mustierenses. As matérias-primas indicam a exploração dos recursos geológicos locais, com larga dominância do quartzo, embora também ocorram outras matérias-primas, entre elas o sílex, o qual poderia ser obtido nos calcários da serra da Arrábida, sendo, deste modo, outro indicador da exploração dos recursos (neste caso abióticos) oferecidos pela serra. Enfim, importa não esquecer que os bandos de caçadores-recolectores que se aproveitaram do abrigo, exploraram também com sucesso os recursos aquáticos, disponíveis abundantemente no litoral, como as lapas, mexilhões e muitos outros moluscos, além de crustáceos (caranguejos), e até do golfinho, da foca e de um pinguim, se encontraram vestígios, indício que, então, as águas eram mais frias que actualmente, em resultado de progressivo arrefecimento desde o início do último período glaciário. Com efeito, ainda no decurso da formação do nível de 5-8 m, sobre o qual assenta o enchimento do interior do abrigo, a fauna de moluscos recolhida no Forte da Baralha, entre Sesimbra e o Espichel, inclui uma lapa de grandes dimensões, a *Patella safiana*, espécie característica águas mais quentes que as actuais, actualmente acantonada ao litoral atlântico marroquino. Aquele maior rigor climático, indicado pela foca e pelo pinguim, tem paralelo nos restos prováveis de mamute, já referidos.

Por último, no contexto referido, importa valorizar a descoberta de um pré-molar superior de neandertal, a par de outros ossos também pertencentes a este grupo humano, estudados por M. Telles Antunes e A. Santinho Cunha.

Em termos gerais, a gruta da Figueira Brava ofereceu um registo paleontológico e arqueológico do Paleolítico Médio — a que se soma a presença humana — que se pode considerar o mais rico do nosso território, comparável ao registo identificado na gruta da Furninha, explorada em 1879 por Nery Delgado, em Peniche, sendo até mais variado, mas pior conservado do que este, o que decorre de aspectos de carácter tafonómico que revelam, no caso da Figueira Brava uma forte intervenção humana, muito maior que a evidenciada no espólio paleontológico da Furninha. Com efeito, abundam as fracturas dos ossos de grandes herbívoros por acção humana, tendo em vista a obtenção da medula, a par das marcas dos carnívoros, as quais se estendem, frequentemente, aos seus próprios ossos. A par destas acções, reconheceu-se a produção oportunista e circunstancial de artefactos ósseos, devidamente valorizada por M. Telles Antunes, circunstância excepcional em contextos mustierenses e que, por isso, deve ser salientada.

A ocupação da gruta da Figueira Brava, a par da gruta nova da Columbeira, Bombarral, corresponde à última etapa da presença de neandertais no nosso território, em torno ou posterior a 30 000 anos antes do presente.

6 – Razões de uma lacuna. As indústrias de base macrolítica tardo e post-glaciárias

Findo o Mustierense, existe um vazio de informação que se estende, na península de Setúbal, até ao Neolítico Antigo, exceptuando alguns materiais esparsos e mal caracterizados, atribuíveis ao Epipaleolítico. Refiro-me às indústrias, de base macrolítica, correntemente designadas por languedocenses, das quais F. Bandeira Ferreira obteve um copioso conjunto, nas arribas dos Capuchos (Ponta do Cabedelo), sobranceiras à Costa de Caparica, por si publicado nos inícios da década de 1950. Trata-se de seixos e lascas de quartzito, sumariamente trabalhadas, embaladas nas areias dunares do final da última glaciação e já do Holocénico. Infelizmente, o método de recolha, estritamente superficial, não propiciou a recolha da microutensilagem potencialmente existente, como a que L. Raposo e C. Penalva encontraram na escavação de acampamento de cronologia idêntica, na costa sudoeste, em Palheirões do Alegria (cabo Sardão), de tradição fini-paleolítica. Naturalmente, tal vazio da informação não significa que este território tenha permanecido desocupado ao longo deste tão lato espaço de tempo, abarcando todo o Paleolítico Superior, o Epipaleolítico e o Mesolítico; significa apenas que, até ao presente, não houve uma prospeccção dirigida para identificação das estações que requerem equipas altamente especializadas, particularmente experientes e vocacionadas para a identificação de pequenas peças no terreno, como são aquelas que caracterizam as indústrias em falta. Na verdade, não é provável que a aparente escassez corresponda a uma diminuta frequência deste espaço geográfico; em outras regiões, onde o sílex não existe, ao contrário do verificado na península de Setúbal, e por conseguinte, aparentemente muito mais desfavoráveis para a presença humana, como o vale do Côa, têm sido reconhecidos importantes presenças do Paleolítico Superior, correspondendo as matérias-primas siliciosas a importações, por vezes de longa distância. Por isso, e também porque outros períodos se encontravam quase nas mesmas circunstâncias até época recente, como é o caso do Neolítico Antigo, é crível que o futuro venha a reservar-nos surpresas. Não esqueçamos que uma parte muito substancial da metade meridional da península de Setúbal se encontra coberta de areias dunares, de alta mobilidade – apenas

sustidas em época mais ou menos recente pela floresta de pinheiro bravo – pelo que é crível que, sob essas coberturas modernas, se encontrem por identificar presenças paleolíticas e neolíticas.

7 – O Neolítico Antigo

O registo arqueológico volta a ser conhecido a partir do Neolítico Antigo. Entre as estações referenciadas, destaca-se a da Fonte de Sesimbra, perto da povoação de Santana, caracterizada pela presença de cerâmicas com decorações impressas, plásticas e incisadas, publicada por L. Barros, J. Soares e C. Tavares da Silva. Muito mais recentemente, António Gonzalez, identificou importante presença humana do Neolítico Antigo no concelho da Moita (estação do Gaio, junto ao estuário do Tejo), cujo estudo se encontra entregue a Joaquina Soares. No entanto, o Neolítico Antigo (ou de tradição antiga...) era já conhecido desde a década de 1950, através de dois recipientes com a característica decoração “em espiga”, também designada “em falsa folha de acácia”, que E. da Cunha Serrão encontrou depositados ritualmente em um nicho, na gruta designada por Lapa do Fumo, a Oeste de Sesimbra.

Além destas estações, de carácter habitacional ou funerário, é de registar a existência de um acampamento especializado na transformação de matéria prima, no caso o sílex: refiro-me à estação do Amieiro, Sesimbra, próximo da Azóia, identificada por João Pinhal e por mim estudada. Ali, a quase ausência de cerâmica contrasta com a extraordinária abundância de núcleos quase sempre próximos da exaustão e de sub-produtos de talhe, configurando uma actividade voltada para a preparação de artefactos, aliás muito raros no estado acabado: apenas se destaca a presença de lamelas, de geométricos e de armaduras de corte transversal, compatíveis com a atribuição da estação à referida época.

8 – O Neolítico Final e o Calcolítico

No Neolítico Final, que abarca boa parte do IV milénio a.C. e inícios do milénio seguinte, as estratégias de povoamento evoluíram nesta região, como na generalidade do sul do território português: de zonas baixas, planas, arenosas, ou de encosta, difíceis de identificar até porque foram fortemente perturbadas por ocupações humanas mais modernas e pela própria exploração agrícola dos solos, a preferência da ocupação é agora dada aos sítios altos, os quais, em alguns casos

documentados na região de Lisboa, foram já ocupados desde o Neolítico Antigo. Mas é, no entanto, no Neolítico Final, que tal opção se encontra claramente assumida: é paradigma o povoado do alto de São Francisco, na crista de relevos miocénicos designados por Orlando Ribeiro de “pré-Arrábida”, o qual se pode situar nos últimos séculos do IV milénio a.C. Revelando uma estratégia de ocupação dos territórios e de exploração dos correspondentes recursos diferente daquela que existia anteriormente, este e outros povoados de altura, são os antecedentes imediatos do povoamento calcolítico da região, caracterizado pelo acréscimo de importância deste povoamento em sítios naturalmente defendidos. Nalguns casos, a defesas naturais eram por vezes reforçadas por fortificações, o que faz evidenciar a instabilidade social que terá caracterizado todo o III milénio a.C. nesta região, como na globalidade do território português.

As explorações mais importantes efectuadas nos dois povoados calcolíticos mais longamente investigados da península de Setúbal – Rotura e Chibanes – remontam aos princípios do século XX e devem-se ao setubalense A. I. Marques da Costa, o autor de uma das primeiras cartas arqueológicas realizadas em Portugal, no caso relativa aos arredores de Setúbal. Em ambos os povoados, ao longo do século XX foram vários os investigadores que ali realizaram investigações (V. S. Gonçalves, C. Tavares da Silva, J. Soares), conduzindo a um acréscimo muito significativo da informação disponível. Mas o povoado pré-histórico da Rotura, situado sobre a estrada antiga de Azeitão-Setúbal, no alto da escarpa miocénica, já se encontrava, quando Marques da Costa o fotografou, em 1904, em cerca de $\frac{3}{4}$ da sua área primitiva completamente destruído por uma pedreira, facto bem revelador que as destruições do património arqueológico em consequência de actividades de carácter económico, não são só de agora. Foi um dos primeiros, senão o primeiro povoado pré-histórico a ser identificado como tal no nosso território, já que a sua identificação remonta a 1863 e deve-se a Carlos Ribeiro que, coadjuvado por um conjunto muito dedicado de colectores da então Comissão Geológica de Portugal, se encontrava então ocupado com o reconhecimento geológico da região. As peças mais significativas então encontradas, foram reproduzidas numa colecção de litografias coloridas, destinadas a um álbum coordenado pelo colega de Carlos Ribeiro, F. Pereira da Costa, que nunca chegou a ser publicado e que se destinava à Exposição Universal de Paris, de 1867; algumas das estampas conservaram-se, reproduzindo diversas peças da Rotura. Destacam-se alguns artefactos de cobre: facas curvas, anzóis; e serras; entre as cerâmicas, avultam fragmentos decorados com o clássico padrão do Calcolítico Pleno da Estremadura designado por “folha de acácia”, salientando-se também fragmentos de vasos campaniformes

de “tipo marítimo”, que correspondem às mais antigas reproduções deste tipo de recipientes efectuadas em Portugal, quando o próprio termo “campaniforme” ainda não era sequer conhecido...

As escavações que ali foram executadas no final dos anos 60 e no princípio dos anos 70 por duas equipas independentes, Carlos Tavares da Silva, de um lado e Victor S. Gonçalves, do outro (sobre as quais apresentou a sua dissertação de licenciatura, publicada em 1971), conduziram à identificação de uma estratigrafia que demonstrou pela primeira vez a existência de um horizonte em que as chamadas cerâmicas caneladas da Estremadura do Calcolítico Inicial da Estremadura se encontravam claramente por baixo das cerâmicas com decorações do tipo “folha de acácia”, particularmente bem representadas na estação. O facto de, na camada basal, correspondente à primeira ocupação, não se encontrarem presentes os clássicos “copos canelados”, mas apenas as “taças caneladas” indica uma etapa claramente tardia do Calcolítico Inicial, na transição ou já dos primórdios do Calcolítico Pleno.

O Calcolítico Pleno, situável entre 2600 e 2300 anos a.C. é a etapa cultural melhor representada na estação, com uma notável quantidade e variedade de exemplares decorados por “folha de acácia” e motivos associados, como a “crucífera” que, de acordo com os resultados das análises de radiocarbono executadas em Leceia, irrompem cerca de 2600 anos a.C., prolongando-se até cerca de 2300 anos a.C., pela fase superior da ocupação, já misturados com cerâmicas campaniformes. Nestas, dominam os exemplares decorados a pontilhado e os “vasos marítimos”, aliás referenciados na estação desde a sua descoberta, como se referiu. Trata-se do Grupo Internacional, o mais antigo da sequência regional do campaniforme proposta por J. Soares e C. Tavares da Silva, assim designado por lhe corresponder efectiva difusão supra-regional, da Bretanha ao Mediterrâneo, passando pelo litoral da Galiza e, sobretudo, pela área dos estuários do Tejo e do Sado, onde se concentra elevado número de exemplares. A estratigrafia descrita por C. Tavares da Silva e O. da Veiga Ferreira na Rotura foi a primeira a apresentar de forma sustentada, uma sequência cultural para o Calcolítico da Estremadura, demonstrando inequivocamente a coexistência das mais antigas de produções campaniformes com as olarias pré-campaniformes de carácter estritamente regional, aspecto que levanta a questão, tantas vezes discutida, dos mecanismos que conduziram à génese e ulterior difusão das produções campaniformes, ao longo de toda a frente oceânica europeia.

Por seu turno, as escavações recomeçadas na década de 1990 no povoado de Chibanes, permitiram a J. Soares e a C. Tavares da Silva a identificação de um troço

de muralha calcolítico, por baixo da ocupação da Idade do Ferro, vindo comprovar a presença inequívoca de um dispositivo defensivo, na parte mais alta daquela crista de relevos miocénicos da Serra do Louro, ainda muito mal conhecido.

Ao Grupo Internacional, sucede-se o Grupo de Palmela, caracterizado pela regionalização das produções campaniformes: com efeito, emergem nessa época, que se pode situar em torno dos meados do III milénio a.C., as bem conhecidas taças Palmela, com o lábio particularmente desenvolvido e densamente decorado. Predomina a técnica a pontilhado herdada do período mais antigo, sendo vestigiais os “vasos marítimos”. Esta etapa encontra-se presente de forma isolada no povoado das Malhadas, implantado num alto isolado do concelho de Palmela.

Enfim, a última fase do complexo campaniforme na região, de acordo com os dois autores anteriormente citados, está representada pelo Grupo Inciso. Trata-se, uma vez mais, de um conjunto caracterizado pela cerâmica, na qual estão especialmente representadas as grandes caçoilas incisas e as caçoilas de carena bem marcada, bem como as taças Palmela de grandes dimensões, com o lábio particularmente desenvolvido e decoração barroca, faltando agora os vasos de tipo “marítimo”, que eram característicos do Grupo Internacional, como vimos o mais antigo da sequência descrita.

Importa salientar que esta sequência, proposta em 1977, ainda se encontra globalmente operativa, mesmo que não se deva tomar rigorosamente à letra: por um lado, verificaram-se extensas sobreposições entre os distintos grupos, o que torna muitas vezes problemática a sua diferenciação, face a um conjunto concreto onde os elementos característicos de cada um deles podem ocorrer em simultâneo; em termos concretos, espólios de vida curta, bem datados, como são os oriundos de uma unidade de carácter habitacional, podem conter materiais pertencentes a qualquer dos três grupos considerados, tal como se verificou na Cabana FM do povoado pré-histórico de Leceia; por outro lado, é apenas às áreas dos estuários do Tejo e do Sado que este modelo tem melhor campo de aplicação, já que, para norte, as taças Palmela escasseiam de forma abrupta, a ponto de serem excepcionais acima do paralelo de Torres Vedras. Existem, por conseguinte, fortes condicionantes de ordem geográfica à aplicabilidade do modelo fora da região para a qual aquele fora criado.

Do ponto de vista do povoamento, importa referir a presença humana pré-histórica em outros sítios altos, descobertos na segunda metade do século XX: é o caso do povoado do Pedrão, escavado e publicado por J. Soares e C. Tavares da Silva, correspondente à implantação em plataforma delimitada por escarpa rochosa, dominando toda a baixa aluvionar a norte de Setúbal, com uma ocupação impor-

tante do Calcolítico Inicial, onde os “copos canelados” se encontram muito bem representados; este sítio só volta a ser ocupado no campaniforme. Existe, por conseguinte, uma lacuna abrangendo todo o Calcolítico Pleno, sendo crível que a população naquela época se tivesse transferido para o vizinho povoado da Rotura, que só então, como o de Chibanes, adquire um povoamento significativo.

Outros povoados neolíticos e calcolíticos foram referenciados na região; é o caso de Porto de Cambas, Setúbal, e, em Sesimbra, do Zambujal e do Outeiro Redondo, referenciados por Gustavo Marques, todos eles ainda muito mal conhecidos. É o último sítio, implantado no topo de um cabeço isolado na paisagem, dominando directamente a baía de Sesimbra, que detém tem mais interesse, por se encontrar bem conservado e possuir provavelmente duas cinturas muralhadas, defendidas externamente por bastiões semi-circulares, cujos topos afloram no terreno. Apesar de jamais ter sido escavado como merecia (pretendo realizar em 2005 a primeira campanha de escavações no local, no âmbito de um Projecto de Investigação aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia, de que sou responsável), as sondagens realizadas por Gustavo Marques nas décadas de 1960 e 1970 permitiram reunir um importante conjunto cerâmico (actualmente em estudo), no qual se encontra representado o Calcolítico Inicial, através de belos exemplares de “copos canelados” e o Calcolítico Pleno, pela presença de exemplares decorados com o conhecido motivo “folha de acácia” e seus associados. Por outro lado, a presença de um lingote de cobre permite afirmar a existência de uma longa cadeia de trocas comerciais, desde o Alentejo, de onde o cobre proviria, nalguns casos já pronto a ser utilizado, até aos povoados da Estremadura, onde era transformado para a produção de diversa utensilagem. Com efeito, na Península de Setúbal não existe qualquer ocorrência cuprífera, e as poucas reconhecidas a norte do Tejo serviriam, sobretudo, para as necessidades locais (é o caso do Outeiro de S. Mamede, Bombarral).

Outra matéria-prima de evidente circulação trans-regional é o anfibolito, de que se recolheram também alguns artefactos polidos no Outeiro Redondo. Estudo recente veio provar que os afloramentos destas rochas mais próximos da Estremadura se situam na bordadura ocidental do Maciço Antigo, entre Montemor-o-Novo, Avis, e Abrantes. Seria, pois, de uma destas regiões que os exemplares recolhidos em Sesimbra proviriam.

Sem prejuízo da importância que os sítios altos deteriam na dinâmica populacional, importa referir que, quer no Neolítico Final, quer no Calcolítico, se conhecem sítios implantados em zonas baixas, nas quais se desenvolveriam actividades especializadas, que explicam tal opção. É o caso do sítio da Ponta da Passadeira, Barreiro, datado dos primórdios do III milénio a.C.; descoberto por A. González, a investi-

gação encontra-se a cargo de J. Soares. Trata-se de um local sobre um esteiro do estuário do Tejo, no qual se documentou um modo de economia essencialmente baseado na recollecção de moluscos, abundantes no estuário adjacente. Porém, creio que as semelhanças com uma economia essencialmente neolítica, não são mais do que resultado de convergências circunstanciais, não se revelando por aí o efectivo estágio de desenvolvimento social ou económico destas populações. Com efeito, a principal ocupação – ou a ocupação mais evidente – da comunidade ali sediada, muito provavelmente de carácter sazonal, era a produção intensiva de recipientes cerâmicos, aproveitando para o efeito a própria matéria-prima que abunda no local. Tal actividade encontra-se comprovada tanto pelos diversos fornos para cozer a olaria, dispersos na praia, como pelas as extensas entulheiras, constituídas por grandes fragmentos de recipientes lisos. No entanto, esta abundância, não condiz com uma estação de carácter precário, e, como se disse, provavelmente sazonal, como é o caso. Ter-se-ia de admitir que as produções se destinariam a um ou mais centros demográficos, situados nas proximidades, como é o caso dos povoados de Rotura ou de Chibanes, correspondendo, deste modo a um local de produção especializado. Mas a produção de recipientes cerâmicos em tão grande quantidade, poderia não constituir uma finalidade em si mesma: lembre-se as observações de J. L. Escacena, na Andaluzia, sobre a produção de sal pelas populações neolíticas e calcolíticas da região, a partir da precipitação da água salgada em recipientes cerâmicos, os quais seriam partidos para remoção das crostas salinas assim acumuladas na sua parede interna. Essa explicação adapta-se claramente à realidade documentada na estação, a que não falta, naturalmente a disponibilidade de água salgada (J. Soares, ainda que cite o autor espanhol, não é concludente quanto à natureza da estação, no tocante à sua funcionalidade).

Na última fase do ciclo campaniforme, situável entre cerca de 2500 e 2300/2200 anos a.C., assiste-se, na região, como em toda a Baixa Estremadura, a uma reordenação da estratégia de ocupação do território: de sítios altos, onde a população anteriormente se concentrava, passa-se a um povoamento disperso, não só em cabeços isolados, mas sobretudo em sítios cada vez mais baixos e de encosta. Esta derradeira etapa campaniforme encontra-se representada no sítio do Miradouro dos Capuchos, Almada, de ocupação curta, que não custa relacionar com a exploração aurífera das areias do Tejo e da Adiça, já no litoral oceânico. Com efeito, as primeiras jóias auríferas ocorrem nesta etapa final do Calcolítico, e, no caso da área em causa, encontram-se representadas por pequenos adereços de ouro, aplicados provavelmente a colares, recolhidos nas grutas artificiais sepulcrais da Quinta do Anjo, Palmela.

9 – O registo funerário do Neolítico e do Calcolítico

A referência às grutas acima referidas leva-me a passar à caracterização, ainda que sumária, do mundo funerário pré-histórico, a outra face da ocupação humana pré-histórica desta como de qualquer outra área geográfica.

Olhando para a carta geológica da península de Setúbal, verifica-se que só a ossatura de calcários jurássicos da Arrábida poderia fornecer blocos susceptíveis de serem utilizados na construção de megálitos (funerários ou não). Destes, apenas subsiste uma vaga indicação, devida a Barros Bernardo, na década de 1930, contida na sua “Monografia de Sesimbra”, a uma anta situada perto da povoação de Azóia. O monumento, a ter existido, desapareceu: sem êxito foi procurado por E. da Cunha Serrão, nas várias décadas a que se dedicou à prospecção arqueológica do concelho de Sesimbra, e de que resultou duas publicações de síntese, a primeira, de índole estritamente cartográfica, publicada em 1973, a mais recente, correspondendo à respectiva notícia explicativa, acrescida de novos dados, publicada em 1994. Em conclusão: não se conhecem, na península de Setúbal, testemunhos de quaisquer monumentos megalíticos, na actualidade. Mas outras formas de sepulturas colectivas são conhecidas, tanto do lado setentrional, como do meridional, onde ocorrem calcarenitos miocénicos, constituindo os flancos do sinclinal da península de Setúbal, cuja parte central, mais moderna, se encontra preenchida por uma espessa série areno-conglomerática de idade plio-quadernária. Aquelas rochas são facilmente escaváveis, justificando deste modo a ocorrência de grutas artificiais (ou hipogeus), nelas abertas, no Neolítico Final, nos finais do IV milénio a.C. Estes espaços foram sendo sucessivamente reutilizados como necrópoles colectivas ao longo de todo o III milénio, até pelo menos o final do Calcolítico, coincidente na Estremadura com o final das produções campaniformes. Assim foram identificadas duas grutas artificiais em S. Paulo, no núcleo urbano antigo de Almada; do lado meridional, estão referenciadas as grutas dos Capuchos, na serra de S. Luís, Palmela e, sobretudo as quatro célebres grutas da Quinta do Anjo, já atrás mencionadas, também no concelho de Palmela.

As de S. Paulo ainda se encontram muito incompletamente conhecidas; de uma, nada foi ainda publicado; da outra, com base em pequena notícia de Luís Barros, pode afirmar-se que forneceu espólio de várias épocas, do Neolítico Final, ao Calcolítico Inicial, para além de abundantes materiais de época campaniforme. Foi, aliás, a sempre comum presença de peças deste complexo cultural nas grutas artificiais que levou, originalmente, alguns investigadores a acreditarem que elas

se deviam aos fabricantes daqueles conjuntos, quando, na verdade, podem ser-lhes anteriores em quase mil anos e remontar ao Neolítico Final (finais do IV milénio a.C.).

As grutas dos Capuchos encontram-se muito destruídas; uma exploração executada por O. da Veiga Ferreira em 1951 forneceu apenas um fragmento de taça Palmela.

São, pois, as quatro grutas da Quinta do Anjo que detêm, de longe, maior interesse. As primeiras explorações remontam a 1876/1878, por iniciativa de Carlos Ribeiro, e nelas participaram diversos funcionários da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos, com destaque para o colector António Mendes. Muito embora uma segunda fase de explorações das quatro grutas ali existentes se tenha realizado em 1906 por A. I. Marques da Costa (que escavou sobretudo os corredores dos monumentos, porque as câmaras, de planta subcircular e tecto em abóbada esférica já tinham sido completamente exploradas por A. Mendes), e os resultados se tenham revelado muito proveitosos, sendo prontamente publicados pelo próprio, só em 1961 se efectuou a edição de uma monografia de conjunto de todos os materiais recolhidos, os quais se dividem entre o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu dos ex-Serviços Geológicos de Portugal, sendo da autoria de Vera Leisner, Georges Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira. Tão tardia publicação não impediu, no entanto, que os materiais se tornassem conhecidos da comunidade científica, ainda no século XIX; tal facto deveu-se à publicação da obra de E. Cartailhac, em 1886, “Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal”, que teve grande difusão internacional. Com efeito, ali são apresentados, pela primeira vez, os belos vasos campaniformes, para além das taças e das pontas de cobre, que deste modo foram baptizadas de imediato por “taças Palmela” e “pontas Palme-la”, nome por que ainda hoje são internacionalmente designadas.

As grutas artificiais não são as únicas expressões funerárias da pré-história da península de Setúbal. Importa sublinhar a importância científica de algumas grutas naturais utilizadas como necrópoles no Neolítico e no Calcolítico. É o caso da Lapa do Fumo, já atrás referida e da Lapa do Bugio, ambas implantadas no topo da encosta meridional da Arrábida, a Oeste de Sesimbra. A primeira forneceu um notável conjunto arqueológico que vai do Neolítico Antigo até à época medieval (neste âmbito, merece destaque o achado de um notável tesouro de moedas – quirates e meios quirates – dos almorávidas. Mas o aspecto que agora mais importa destacar é a presença, em contexto do Neolítico Final, corroborado pelas datações de radiocarbono, de um ritual funerário, da segunda metade do IV milénio a.C., envolvendo a deposição secundária de despojos humanos, acompanha-

dos de diversas oferendas, como placas de xisto decoradas, a sua aspensão com ocre vermelho e a organização de fogueiras rituais a toda a volta do conjunto assim formado. Já do Calcolítico, da Lapa do Fumo, bem como da sua vizinha, a Lapa do Bugio, provêm dois artefactos de calcário de carácter ritual, conotados com a representação simbólica de pinhas ou de inflorescências, que se devem relacionar com rituais funerários (que também cultuavam a reafirmação da vida), ali ocorridos durante o Calcolítico. Na Lapa do Bugio, as cerca de uma dezena de tumulações ali efectuadas, com os corpos colocados sobretudo em decúbito dorsal, encontravam-se delimitadas por pequenas lajes e blocos de calcário colocados de cutelo, definindo espaços de contorno sub-rectangular. Enfim, ambas as grutas forneceram fragmentos de cerâmicas campaniformes, atestando reutilizações funerárias naquela época, tal como se verificou nas grutas artificiais já referidas.

Uma das peças excepcionais oriundas da Lapa do Bugio é uma placa de xisto cinzento-claro representando, dentro de uma cartela de contorno antropomórfico, a figura do ídolo almeriense, como que “aprisionado”. Conotando a representação da generalidade das placas de xisto com a omnipresente divindade calcolítica feminina – de que algumas são exemplo explícito, por a representarem nos seus atributos mais usuais, com olhos radiados e demais elementos faciais – e a representação do ídolo almeriense a entidade masculina, facilmente se poderá identificar esta rara união como símbolo de uma maternidade mitológica.. Uma outra placa de xisto da Lapa do Bugio, também estudada por Victor S. Gonçalves, que associou o ídolo almeriense à figura do “jovem deus”, tema recorrente em diversas religiões antigas possui na parte média um friso constituído por representações de ídolos almerienses, sendo a parte superior ocupada pela representação de uma face, com olhos radiados, nariz, sobrancelhas e, em baixo, três linhas horizontais de cada lado, correspondendo a tatuagens faciais: uma vez mais, é a deusa-mãe que se pretendeu representar, associada ao ídolo almeriense. O estudo sistemático do conjunto da Lapa do Bugio recolhido por diversos arqueólogos, ao longo das décadas de 1950 e de 1960 foi por mim estudado e publicado em 1992; assim, foi possível evidenciar a importância ímpar deste sítio da Arrábida e a forte influência mediterrânea presente em algumas das suas peças – especialmente os pequenos ídolos de osso de “tipo garrafa” – com evidentes paralelos no Calcolítico do sudeste peninsular (províncias de Granada e de Almería), a par dos frequentes cilindros de calcário, lisos ou com a representação das tatuagens faciais, sob a forma de duas linhas curvas simétricas, também eles constituindo representação da divindade feminina.

10 – O Bronze Pleno

Apenas a algumas dezenas de metros de distância da Lapa do Bugio, situa-se a Lapa da Furada, cuja escavação dirigi, com o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra, em duas campanhas sucessivas (1992 e 1993). Desta gruta provém um notável espólio antropológico, calculado em mais de cem indivíduos o qual, uma vez estudado, poderá fornecer importantes indicações sobre as características e morbilidades da população. Duas datas de radiocarbono obtidas sobre ossos indicam respectivamente, cronologia do Neolítico Final (segunda metade do IV milénio a.C.) ou já calcolítica (primeira metade do III milénio a.C.). Trata-se, deste modo, de tumulações efectuadas em período análogo às das duas grutas naturais anteriormente referidas. Porém, são escassos os materiais arqueológicos dessa época associados ao espólio antropológico referido: apenas se recolheram, em posição ritual, dois artefactos de pedra polida, assentes no chão primitivo da gruta, sob o depósito osteológico. Com efeito, os materiais arqueológicos que provêm da camada ossífera, possuem características tipológicas que indicam a Idade do Bronze sendo, portanto, mais modernos que a cronologia obtida para os ossos humanos que a constituem. Nestes termos, e porque o depósito correspondia a uma deposição secundária, dado o estado amalgamado do conjunto, formando uma camada contínua, depositada sobre o chão primitivo da gruta, é crível que, na Idade do Bronze, se tivesse efectuado uma transladação de outra a gruta, talvez para que nesta última se pudesse continuar a fazer novas tumulações; a ser assim, seria a primeira vez que tal prática se encontraria documentada no actual território português.

A Lapa da Furada consubstancia, deste modo, não só um raro preceito do ritual funerário da Idade do Bronze, mas também uma das escassas presenças do Bronze Pleno referenciadas na actual área estremenha, cronologicamente situável ao longo da primeira metade do II milénio a.C.

11 – O Bronze Final

O registo arqueológico volta a tornar-se particularmente evidente no Bronze Final, algumas centenas de anos volvidos sobre o aproveitamento da Lapa da Furada como depósito mortuário. Trata-se de período de transição para a Proto-História, situável entre cerca de 1300 e 900 anos a.C.

Na península de Setúbal, avultam as descobertas efectuadas ou publicadas por E. da Cunha Serrão, cuja meritória e pioneira actividade arqueológica no concelho de Sesimbra, durante mais de um quarto de século, merece ser devidamente salientada.

Em 1966, no volume de homenagem a Henri Breuil editado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foram dados a conhecer dois pequenos depósitos metálicos do Bronze Final do concelho de Sesimbra. Em Pedreiras, pequeno lugar próximo de Santana, foram achados por um trabalhador das pedreiras (que estão na origem do nome actual da povoação), dois artefactos de bronze, por certo associados: um machado de alvado munido de dois anéis para o reforço do encaimento e uma foice de talão. Por seu turno, no Museu Nacional de Arqueologia conservam-se, desde 1920, altura em que J. Leite de Vasconcelos os adquiriu, dois machados de alvado, um também com dois anéis, outro deles desprovido, oriundos de Alfarim, localidade próxima da lagoa de Albufeira e com excelentes terras agrícolas. No tocante aos machados, os de dois anéis, são produções características do ocidente peninsular, como foi cabalmente demonstrado por A. Coffyn, na sua obra monumental de 1985, enquanto que o outro é uma produção muito rara, que não é possível reportar a nenhuma área específica. Por seu turno, a foice integra-se no tipo de Rocanes, sítio do concelho de Sintra, perto do Cacém, de onde provém um notável e raro molde para a produção destes objectos, escavado num bloco de arenito, publicado por Joaquim Fontes. No conjunto, estes bronzes indicam manufacturas locais ou regionais e, em todos os casos, uma economia suficientemente pujante que permitia a sua aquisição pelos residentes nesta região ou, em alternativa, a das matérias-primas necessárias à sua produção doméstica. Com efeito, convém não esquecer que estas peças se inscrevem nas actividades de carácter artesanal desenvolvidas no interior dos espaços habitados, sem esquecer que uma parte das respectivas produções poderia ser ulteriormente comerciada, a maior ou menor distância. É o que indica a ocorrência de machados e foices análogos, tanto em domínios norte-atlânticos (Bretanha, Ilhas Britânicas), como mediterrâneos (de que o depósito mais célebre corresponde ao encontrado em Monte Sa-Idda, Cagliari, Sardenha). Às produções metálicas de Pedreiras e Alfarim poderiam juntar-se algumas das peças encontradas na Lapa do Fumo, como um punhal de lingueta e rebites, dito de tipo Porto de Mós, produção de carácter regional também típica da Estremenha, mas com larga difusão supra-regional, tendo, igualmente, atingido o Mediterrâneo Central. Em qualquer das alternativas, evidencia-se o poder aquisitivo das populações locais, eventualmente enriquecidas com as mais valias decorrentes desse comércio trans-regional. Com

efeito, a península de Setúbal encontra-se na posição geográfica ideal para poder receber, simultaneamente, os minérios de estanho, transportados a partir das Beiras, ao longo do vale do Tejo, até ao respectivo estuário, e os minérios de cobre, oriundos sobretudo do Baixo Alentejo, e que aqui chegavam pela via fluvial do Sado. Reuniam-se, deste modo, as condições, mais do que em qualquer outra região do País, para que aqui se efectuasse a metalurgia do bronze, a partir dos seus dois componentes. Por outro lado, é também esta uma região francamente aberta ao Atlântico, possuindo bons ancoradouros: para além dos dois estuários principais, devem mencionar-se as enseadas abrigadas do litoral da Arrábida, bem como as vastas praias arenosas que limitam a península de Setúbal do lado ocidental. Reuniam-se assim as condições ideais não só para a produção, mas também para a exportação, por via marítima, dos produtos excedentários. Naturalmente, quando falo em exportações, não estou a pensar nos termos actuais que se conotam a tal palavra: na época, o volume das produções era diminuto – aliás em consonância com as baixas produções de cobre e de estanho então possíveis com os recursos tecnológicos existentes – e bastaria que um simples exemplar chegasse ao porto de destino para permitir a sua cópia local e ulterior difusão, que seria tanto maior quanto maior êxito tivesse a aceitação e adopção do modelo importado. Seja como for, tais contactos comerciais, verificados desde pelo menos o final do Calcolítico – como transparece da presença dos vasos campaniformes, ditos de estilo “marítimo” – pressupunham, no Bronze Final a presença de indivíduos, por poucos que fossem, que se encarregariam de fazer chegar produções bronzíferas como as foices, os punhais e os machados de alvado e duas argolas a tão longínquas paragens como as referidas.

É neste contexto que assume particular interesse a discussão do significado do célebre monumento da Roça do Casal do Meio, em terras do Calhariz, Sesimbra. Tive a oportunidade de examinar o pedido oficial para a escavação do monumento, apresentado à então Junta Nacional da Educação, em 1972. Com efeito, julgava-se estar em presença de mais uma sepultura colectiva calcolítica do tipo *tholos*. Contudo, a escavação do monumento, feita sob a direcção de K. Spindler e de O. da Veiga Ferreira, não conduziu à recolha de nenhuma peça calcolítica; ao contrário, identificaram-se apenas duas tumulações, com os corpos colocados em decúbito dorsal (sepultura 1) ou lateral (sepultura 2), esta última sobre “cama” de argila, disposta junto à parede da câmara do monumento reportáveis ao Bronze Final. A totalidade do espólio arqueológico recolhido – que poderá não corresponder à globalidade do inicialmente existente, já que se identificou uma extensa violação da câmara do monumento, feita em época antiga – pôde ser correlacionado

directamente com uma ou outra das referidas tumulações. Assim, encontraram-se duas pinças depilatórias, associadas ao cuidado dispensado ao tratamento da barba pelas sociedades mediterrâneas do Bronze Final, também denunciado por um raro pente de marfim, cuja origem (ao menos da matéria-prima) no norte de África é inquestionável. Acompanhava aquelas peças uma fibula de enrolamento no arco, que, sem dificuldade, pode ser relacionada com protótipos sicilianos da fase Pantalica II/III e, deste modo, situar-se no século X ou início do século IX a.C., conforme proposta apresentada pelos autores referidos para a utilização do monumento. Esta cronologia foi recentemente confirmada por datações de radiocarbono efectuadas sobre amostras dos ossos humanos, promovidas por Raquel Vilaça e Eugénia Cunha: de acordo com os resultados obtidos, as duas tumulações terão ocorrido entre meados do século XI e a segunda metade do século IX a.C.

Contudo, a ausência de materiais calcolíticos não pode ser invocada para garantir uma época de construção do monumento no Bronze Final: em escavação que dirigi no concelho de Alcoutim, em 2002, de um monumento análogo, a *tholos* do Malhanito, verificou-se que a câmara tinha sido totalmente esvaziada no Bronze Final/inícios da Idade do Ferro, para permitir a inumação, sobre o chão primitivo, de pelo menos um corpo. Por outro lado, em estudo já publicado, assinalei o facto de a arquitectura deste monumento ser muito mais simples do que aquela que os seus escavadores lhe atribuíram, não se diferenciando, efectivamente, da de uma *tholos* calcolítica. Deste modo, sem se pretender de momento resolver a cronologia da construção do monumento, seja calcolítica ou já do Bronze Final, o certo é que neste último período foram ali tumulados dois indivíduos cujo alto estatuto os diferenciava da população que à época habitava a região. Fossem membros da elite guerreira-religiosa que a administrava, a partir, por exemplo, vizinho povoado de altura do Castelo dos Mouros, referenciado por C. Tavares da Silva e J. Soares – mas neste caso é de estranhar a ausência de armas entre o espólio metálico – ou mesmo indivíduos (comerciantes?) oriundos do Mediterrâneo Central (Sicília ou Sardenha), o certo é que a sua indumentária incluía peças dali importadas. Nada custaria, nesta última hipótese, aceitar que se trate de uma construção efectuada em vida dos mesmos, semelhante às existentes na sua região de origem: com efeito, ao contrário da Península Ibérica onde se trata de monumento sem paralelo no Bronze Final, na Sicília conhecem-se construções do tipo *tholos*, da mesma época, enquanto que as mais recentes do Mediterrâneo Oriental não ultrapassam o século XIII a.C. e sejam, por conseguinte, cerca de um século e meio a dois séculos mais antigas do que esta. É de reter, no entanto, a existência, como naquelas, de um longo corredor, inclinado na direcção da câmara, selado à entrada por grande bloco de calcário (*stomion*).

Outra peça de evidente cunho mediterrâneo encontrada é o referido pente de marfim: trata-se de um dos raros artefactos de marfim encontrados na Península Ibérica e anterior à generalização do uso desta matéria-prima, em resultado do comércio fenício, a partir dos inícios do século VIII a.C. A sua presença reforça, claramente, o alto estatuto social dos tumulados, bem como a sua evidente filiação mediterrânea. A própria envolveria mediterrânea do monumento, implantado num plano ainda hoje aproveitado para produção de cereais, a pouca distância de um povoado de altura da mesma época (o Castelo dos Mouros) e nas proximidades de um ancoradouro muito favorável — o Portinho da Arrábida — é fortemente sugestiva dessa relação, configurando o que M. Almagro-Gorbea designou por período pré-colonial, na Andaluzia, antecedente imediato da presença directa de mercadores fenícios na região.

Os rituais funerários na Roça do Casal do Meio encontram-se denunciados pela existência de nacos de carne de ovelha ou cabra ainda juvenis, dos quais apenas se utilizaram os de maior interesse alimentar. Os materiais cerâmicos, que conteriam também oferendas, todos de origem indígena, estão representados por taças e por um grande vaso de provisões, com a característica decoração de “ornatos brunidos” na face externa, como é usual na Estremadura.

Importa desenvolver algumas considerações sobre esta técnica e temática decorativa, que foi pela primeira vez valorizada em Portugal por E. da Cunha Serão, em 1958, a partir de exemplares exumados na Lapa do Fumo. Trata-se da aplicação, sobre a superfície previamente regularizada dos recipientes — desde as pequenas taças carenadas, até aos grandes recipientes fechados, como o encontrado na Roça do Casal do Meio — de uma ponta romba, traçando motivos reticulados, de carácter geométrico (daí que, em Espanha, os mesmos padrões decorativos serem também designados por “retícula bruñida”, em vez de “ornatos brunidos”, como é usual em Portugal). Estudos ulteriormente efectuados, mostram que a distribuição geográfica desta cerâmica se concentra na Estremadura, estendendo-se ao longo do vale do Tejo, até às Beiras, facto que poderá indicar a circulação e comércio do estanho, com sentido inverso.

Ao contrário do que se verifica nos escassos exemplares conhecidos tanto no Alentejo, como no Algarve e, sobretudo, na Andaluzia Ocidental, as decorações circunscremem-se, na Estremadura, com excepções bem conhecidas, como a taça da Quinta do Marcelo, em Almada, à face externa dos recipientes; a sua cronologia, também ao contrário do verificado no Alentejo e na Andaluzia, não ultrapassa o século IX a.C., enquanto que, naquela última região, atinge o século VI a.C. (como indicam os resultados das escavações efectuadas na área urbana de Huelva).

Voltando-nos agora para a parte norte da península de Setúbal, merecem destaque três estações, todas correspondentes a sítios habitados, na exploração das quais é justo destacar o nome de Luís Barros. A Quinta do Marcelo é um desses sítios que, de acordo com os resultados das análises de radiocarbono, se situa entre os séculos XI-IX a.C., inscrevendo-se nos derradeiros tempos do Bronze Final, até pela total ausência de produções fenícias; situado entre a malha urbana de Almada e a da Cova da Piedade, ali se recolheram vários exemplares de pequenas facas de ferro, obtidas por martelagem e dobramento da folha; tais peças, de cunho prestigante, integram-se nas primeiras produções de ferro identificadas no actual território português, conjuntamente com exemplares análogos de povoados da Beira Interior e da Beira Alta, com origem na área mediterrânea. Entre o espólio metálico, importa destacar ainda a existência de exemplares de fíbulas de cotovelo, do tipo de Huelva ou siciliano, associadas a fíbulas de dupla mola, as quais, dada a cronologia atribuída à estação, se inscrevem entre os primeiros exemplares conhecidos deste tipo de fíbulas (que se prolonga pela Idade do Ferro), considerado por alguns autores de origem peninsular, hipótese que a evidência recolhida na Quinta do Marcelo vem corroborar.

Entre as produções cerâmicas, além da taça com decoração de “ornatos brunidos” na face interna, merece destaque um fragmento de taça com restos de metal aderente à superfície interna, indício da actividade metalúrgica no local, alias também sugerida por um recipiente de pé anelar, com a parede lateral totalmente perfurada, idêntico a exemplares do sítio tartéssico de San Bartolomé de la Torre, Huelva, e conotados por D. Ruiz-Mata com a metalurgia da prata. A Quinta do Marcelo seria, pois, um sítio onde a produção metalúrgica deteria assinalável importância.

O sítio da Quinta do Percevejo, perto da povoação de Monte de Caparica, com uma cronologia determinada pelo radiocarbono dos séculos XII/XI a.C., corresponde, ao contrário, a um núcleo de carácter rural, de pequenas dimensões, de qual se explorou apenas parte de um silo, intersectado por uma estrada. O seu enchimento forneceu um conjunto variado de recipientes, com destaque para um grande vaso de armazenamento, de perfil bitroncocónico, com decoração de “ornatos brunidos” no bojo. É inquestionável o carácter agrícola da estação, reforçado pela aptidão dos solos disponíveis localmente, em consonância com a realidade identificada no lado norte do estuário onde, no Bronze Final, mercê das excepcionais qualidades dos solos basálticos tanto para culturas de regadio, como para o aproveitamento extensivo, de carácter cerealífero, se conhecem numerosos sítios idênticos, conhecidos pela expressiva designação de “casais agrícolas”, senão

mesmo de pequenos povoados de encosta, como o que foi explorado sob minha direcção na Tapada da Ajuda.

A terceira estação, entre as várias conhecidas do Bronze final do concelho de Almada que merecem particular referência, é a da Quinta do Almaraz, implantada em esporão dominando o estuário do Tejo, sobranceiro a Cacilhas. A distribuição superficial do espólio arqueológico, conduziu à conclusão que, no Bronze Final, foi ocupada a parte mais alta da plataforma, enquanto na Idade do Ferro se privilegiou a ocupação da sua parte inferior. Desconhece-se se a ocupação mais recente se efectuou em continuidade com a mais antiga; discuti esta questão em artigo publicado em 1993, tendo então defendido uma não continuidade na ocupação do referido espaço. Mas só a continuidade das escavações, a cargo de Luís Barros, poderá carrear mais elementos para esta discussão. É esta a estação que, mais do qualquer outra, justificou a escolha para terminar esta apresentação, já que, logo no início da Idade do Ferro, vai ser ela a destacar-se, agora como verdadeiro “lugar central” na estruturação da ocupação humana da foz do Tejo. O importante núcleo urbano então constituído na plataforma/colina do Almaraz, conjuntamente com o implantado do lado de lá do grande estuário, controlava a circulação fluvial, de e para o Atlântico, constituindo, a partir do fim do século IX a.C., a cabeça de uma entidade de carácter político-administrativo, preconizada por A. M. Arruda. Mas isso é já uma outra realidade, que, embora aliciante, pelas possibilidades interpretativas que permite, já não faz parte do tema que me propuz tratar.

12 – Epílogo

O território entre o Tejo e o Sado, que é a península de Setúbal, com uma vasta e convidativa frente oceânica, está pontuado por monumentos e por estações, desde os longínquos tempos do Pré-Acheulense, até aos primórdios dos povos com escrita. Algumas delas possuem interesse científico excepcional, tanto por se encontrarem ligadas à própria história da actividade arqueológica em Portugal, como as grutas da Quinta do Anjo, ou o povoado pré-histórico da Rotura, como pela justificada projecção internacional que adquiriam, mercê da sua importância intrínseca, a que se soma a dos espólios exumados: é o caso do monumento da Roça do Casal do Meio ou da estação do Almaraz, ou ainda das grutas da Quinta do Anjo. Enfim, outras estações, aguardam ainda pacientemente que os seus segredos sejam desvendados, pois só assim, reunindo todos elementos deste complexo e gigantesco *puzzle*, será possível, sempre conscientes que tra-

balhamos com pequenos fragmentos de uma realidade irrecuperável e de há muito perdida, conhecer algo do longínquo passado das comunidades que nos antecederam na ocupação deste belo trecho do nosso território.



Fig. 1 – Vista do Alto de S. Francisco (Palmela), povoado de altura do Neolítico Final. Seg. J. L. Cardoso.

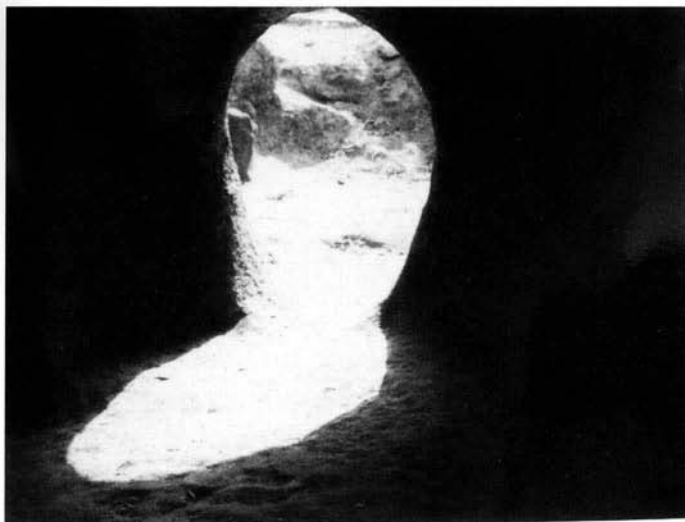


Fig. 2 – Vista da entrada na câmara da Gruta I da Quinta do Anjo (Palmela), a partir do lado interno daquela. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 3 – Vista do Cabeço Redondo (Sesimbra), onde se implantou povoado calcolítico fortificado. Seg. J. L. Cardoso.

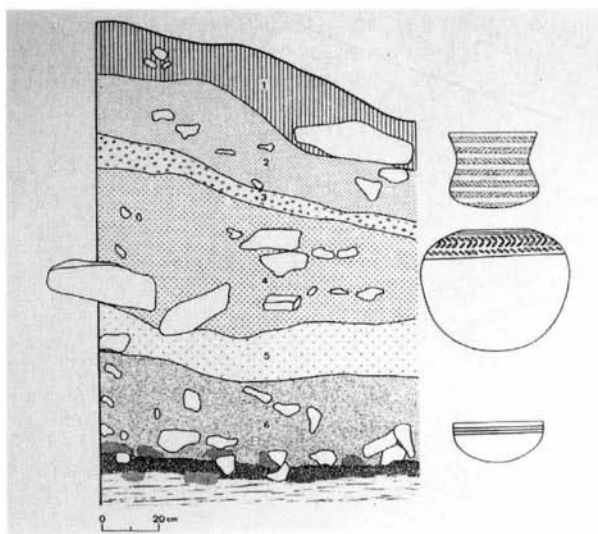


Fig. 4 – Estratigrafia do povoado calcólico da Rotura (Setúbal), seg. C. Tavares da Silva. Níveis inferiores, com taças caneladas; níveis médios, com recipientes decorados em “folha de acácia” e “crucífera”; níveis superiores, caracterizados pelas cerâmicas campaniformes.



Fig. 5 – Lingote de cobre do povoado calcólico do Outeiro Redondo (Sesimbra).
Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 6 – Vaso campaniforme marítimo, decorado a pontilhado, contendo um fémur e uma vértebra humanos de uma das grutas artificiais da Quinta do Anjo (Palmela). Seg. J. L. Cardoso.

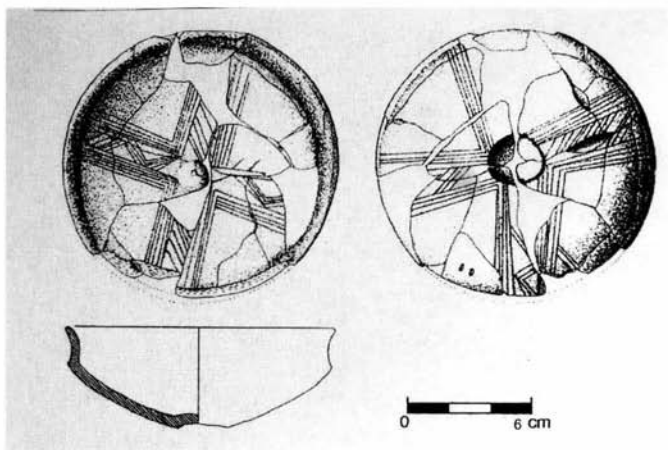


Fig. 7 – Taça com “omphalus” do Bronze Final, decorada com “ornatos brunidos”, recolhida na estação da Quinta do Marcelo (Almada). Seg. Luís Barros.

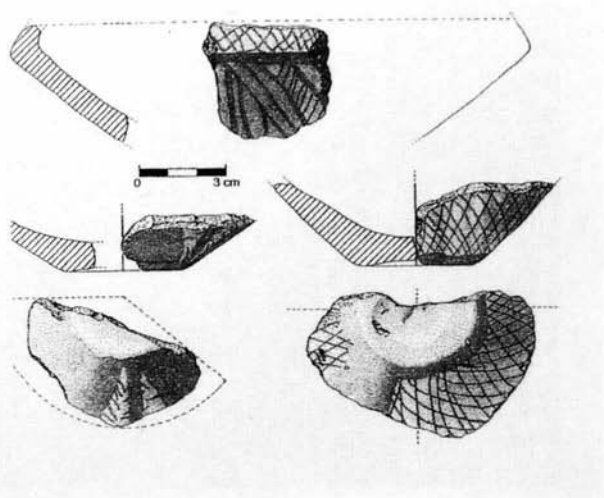


Fig. 8 – Conjunto de fragmentos cerâmicos do Bronze Final da Lapa do Fumo (Sesimbra), com decoração de "ornatos brunidos". Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 9 – Vista geral do monumento funerário do tipo *tholos* da Roça do Caval do Meio (Sesimbra). Seg. J. L. Cardoso.

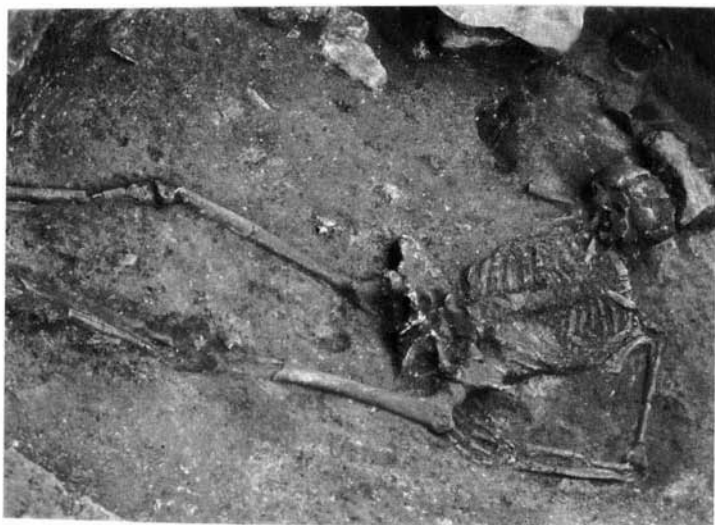


Fig. 10 – Sepultura 1 do monumento da Rocha do Casal do Meio (Sesimbra). Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 11 – Sepultura 2 do monumento da Rocha do Casal do Meio (Sesimbra). Seg. J. L. Cardoso.